

# O impacto do programa de ajuste na sua vida

**Desemprego deve aumentar e orçamento tende a ficar mais curto, por conta do aumento de impostos que deve provocar queda da atividade econômica**

REGINA PITOSCA,  
ROSANGELA DOLISI e  
SERGIO LAMUCCI

10% e 11% no ano que vem.

Paralelamente a isso, teremos de conviver ainda um bom tempo com taxas de juros elevadas. O sócio-diretor do Banco Rendimento Marcelo Steuer acredita que as taxas tendem a recuar à medida que as mudanças sejam aprovadas pelo Congresso. O economista-chefe do BankBoston, José Antônio Peña, diz também que, mesmo que o País readquira a confiança dos investidores estrangeiros, as taxas deverão permanecer altas até que haja definição da adoção prática do pacote. Além disso, a decisão do capital externo de voltar ao País não deve ocorrer do dia para a noite, lembra ele: a análise das medidas pode levar dias ou semanas. E é preciso levar em conta que há uma forte aversão ao risco no cenário internacional.

A mudança ainda terão de ser submetidas à aprovação do Congresso. Ainda não está certo, por exemplo, que a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) passe de 0,20% para 0,38%. Há quem acredite que se trata de uma margem de negociação do governo e a alíquota definitiva venha a ficar em 0,35%. Seja qual for o percentual, sua cobrança torna mais curto o orçamento de pessoas físicas ou jurídicas.

Na opinião do coordenador de Política Econômica do Conselho Federal de Economia, Antônio Corrêa de Lacerda, não são as medidas do pacote isoladamente que deverão aprofundar a recessão e o desemprego, "mas o fato de elas estarem sendo aplicadas sobre uma economia já debilitada". Para ele, a situação econômica tende a agravar-se no primeiro trimestre do próximo ano, e o desemprego, que atualmente está em torno de 7,8% no País, pode subir para algo entre



**SITUAÇÃO  
DEVE PIORAR  
NO PRIMEIRO  
TRIMESTRE DE 99**

exige maior cautela de qualquer um. Não é hora de gastar, mas de fazer uma reserva financeira para enfrentar os tempos difíceis que temos pela frente.

As medidas de ajuste fiscal, no entanto, não devem parar por aí. O governo quer, agora, conduzir as reformas constitucionais a toque de caixa. A da Previdência deve ter continuidade na próxima semana, e as medidas que mais vão mexer com os segurados são as que virão na regulamentação dessa reforma. A mudança no cálculo do benefício, que deve levar em conta a expectativa de vida do segurado, deve ser a principal delas.

Entre as aplicações, os CDNs são os mais prejudicados com o aumento da CPMF para 0,38% a partir de fevereiro. É que o papel pago o tributo a cada vencimento, o que tem impacto negativo sobre o rendimento. Os fundos de investimento não estão sujeitos ao tributo, e cada vencimento porque não precisam ser reajustados

entre as aplicações, os CDNs são os mais prejudicados com o aumento da CPMF para 0,38% a partir de fevereiro. É que o papel pago o tributo a cada vencimento, o que tem impacto negativo sobre o rendimento. Os fundos de investimento não estão sujeitos ao tributo, e cada vencimento porque não precisam ser reajustados

## ENTENDA O PACOTE

### Por que as medidas são necessárias

#### 1 PLANO REAL

Modelo econômico adotado pelo governo, de manter o real valorizado em relação ao dólar, levou o País a apresentar freqüentes déficits cambiais (saída de recursos externos superior à entrada), com as importações correndo acima das exportações. Uma política que o tornou altamente dependente do capital financeiro para financiar seu déficit na conta corrente da balança de pagamentos (o buraco nas contas externas)

#### 2 JUROS

Isto fez com que o País, que durante o começo da década de 90 apresentava superávit na balança comercial, passasse a registrar déficits elevados. Para fechar suas contas externas, o Brasil passou a depender do capital financeiro. Para atrair esse dinheiro, os juros tiveram de ficar em níveis elevados mesmo em períodos de calmaria no cenário externo, o que elevou o déficit público

#### 3 ÁSIA

A crise nos países asiáticos afetou os mercados emergentes, obrigando o Brasil a elevar os juros para 43,4% ao ano e a editar o "pacote 51", em outubro de 1997. A questão é que a maior parte das medidas não foi posta em prática, com exceção do aumento de impostos. Como de costume, o governo enfrentou as dificuldades aumentando receitas, e não cortando despesas. Como o cenário internacional no primeiro semestre de 1998 apresentou melhorias e a política de juros altos fez com que as reservas cambiais brasileiras alcançassem a casa dos US\$ 75 bilhões, a equipe econômica optou por enfrentar o déficit fiscal apenas a partir do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso

#### 4 RÚSSIA

Em 17 de agosto, no entanto, a Rússia desvalorizou o rublo e decretou moratória parcial. A partir do colapso russo, a situação deteriorou-se rapidamente, e o capital estrangeiro para países emergentes, antes abundante, passou a escassear. Mais que isso, passou a ocorrer uma saída expressiva de capitais

#### 5 PERDA DE CAPITAL

Tanto pelo receio de um colapso brasileiro sobre os credores externos como pela possibilidade de uma desvalorização do real, em agosto e setembro desse ano o País perdeu cerca de US\$ 30 bilhões de reservas. Apesar em 4 de setembro, a sangria de recursos somou menos de US\$ 2,916 bilhões. Na noite desse mesmo dia, o Banco Central (BC) elevou os juros de 19% para 29,75% ao ano, a primeira tentativa de estancar a fuga de dólares. Em 10 de setembro, o fluxo cambial ficou negativo em US\$ 2,244 bilhões. A autoridade monetária reagiu e, nesse mesmo dia, deu novo estímulo nas taxas, que subiram de 29,75% para 49,75% ao ano. Na prática, porém, o BC colocou os juros na casa dos 40%

#### 6 MEDIDAS

Além de elevar os juros por duas vezes em menos de uma semana, o governo anunciou que duras medidas de ajuste fiscal estavam em gestação. Também acalhou os ânimos do mercado a perspectiva de que o FMI e outros organismos internacionais ofereceriam uma linha de crédito ao País. As mais recentes especulações dão conta de um pacote de US\$ 30 bilhões para o Brasil

#### 7 DO COM FMI

Para obter o dinheiro do Fundo, o governo teve de firmar um compromisso de promover um programa fiscal (redução de despesas e aumento de receitas), para obter um superávit fiscal primário (receitas menos despesas, descontados os juros) nos próximos três anos. Teve, ainda, apoio para manter o regime cambial atual de desvalorização do real de 0,6% ao mês, em relação ao dólar

#### 8 FIM

O governo baixou o pacote, portanto, para equilibrar as contas e reduzir o déficit público para ter acesso à linha de crédito do FMI. O equilíbrio nas contas deixaria o País menos dependente do capital externo, que também reduziria a desconfiança em relação à capacidade do Brasil de honrar compromissos. Uma condição necessária para reduzir as taxas de juros, para financiamento do chamado déficit gênero, o interno e o externo. A linha de crédito do FMI funcionaria, ainda, como uma reserva contingencial que inibiria ataques contra o real, mesmo com o recuo dos juros

#### 9 FIM

Mas, para a obtenção do equilíbrio definitivo das contas públicas, não bastam as medidas de ajuste. É preciso a aprovação e adoção das reformas administrativa, previdenciária e tributária. A administrativa já foi aprovada, mas ainda necessita de regulamentação. A previdenciária, por sua vez, está em fase final de tramitação no Congresso, mas os especialistas entendem que novas medidas terão de ser adotadas para eliminar de vez o rombo da Previdência, o que exigirá a aprovação de legislação infraconstitucional. A reforma tributária, por fim, deve começar a ser discutida no fim do ano ou apenas no início de 1999. Talvez seja a de mais difícil aprovação, pois deve contrariar os interesses de Estados e municípios

#### O QUE MUDA

**CPMF**  
A incidência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que terminaria em 22 de fevereiro de 1999, foi prorrogada até 2001. A alíquota sobe de 0,20% para 0,38% em 1999 e recua para 0,30% em 2000 e 2001

**BANCOS**  
Os bancos podem passar a pagar a Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) com alíquota de 3%

**APOSENTADORIA**

Retomada urgente da votação das reformas da Previdência Social que transitam no Congresso. Faltam ser votados três destaques. Com o fim da votação, o governo estará liberado para adotar medidas mais restritivas à concessão de benefícios, entre elas, a definição de idade mínima para obtenção do benefício

#### AS CONSEQUÊNCIAS

**JUROS**  
O plano de ajuste embute a expectativa de redução dos juros de 42% para 30% já em dezembro e para a faixa de 20% a 25% em meados de 1999. Isto significa que, na melhor das hipóteses, as taxas vão continuar altas por mais alguns meses

**DÓLAR**  
Cotação da moeda tende a cair no paralelo porque o curto prazo há a perspectiva de que o governo não irá alterar a política cambial. Investidor tende a trocar moeda por aplicação de renda fixa

**FUNDOS DE CURTO PRAZO**  
Com a incidência da CPMF, sujeitam o investidor ao prejuízo (saque menor que o capital aplicado). Além disso, é possível que os bancos que hoje pagam a CPMF para seus clientes nessa aplicação deixem de oferecer esse benefício

**RENDAS FIXAS**  
Os juros só favorecem as aplicações de renda fixa, remuneradas por juros. A incidência de uma CPMF maior tende a promover um corte no rendimento final das aplicações, mas ainda assim o juro real (acima da inflação) continuará muito altamente

**CONTAS**  
Todas as dívidas pagas por meio de cheque do devedor ou débito em sua conta corrente ficam mais caras, porque provocam o desconto da CPMF

**IMÓVEL**  
Por conta da perspectiva de manutenção da política cambial e da manutenção dos juros altos, investidor pode perder interesse por imóvel e proprietário interessado em desfazer-se do bem demorar ou ter de reduzir preço para fazer a venda. Cenário favorável para quem quer comprar imóvel para uso próprio e tem dinheiro para pagar à vista, porque pode obter descontos. Porém tendem a ser mais, freqüentes, forma de driblar o imposto

**CDNs**  
Entre as aplicações, os CDNs são os mais prejudicados com o aumento da CPMF para 0,38% a partir de fevereiro. É que o papel pago o tributo a cada vencimento, o que tem impacto negativo sobre o rendimento. Os fundos de investimento não estão sujeitos ao tributo, e cada vencimento porque não precisam ser reajustados

**CADERNETA**  
Prazo da isenção da CPMF dado pelos bancos que hoje vai de 30 a 90 dias pode subir. A aplicação ganha competitividade se os bancos mantiverem a isenção da CPMF

**SALÁRIO**  
O aumento da CPMF alcançará quem recebe acima de R\$ 390,00, porque o tributo só é compensado com redução da contribuição previdenciária para quem recebe até esse valor. Por conta da recessão esperada com o ajuste fiscal, os salários podem diminuir, por meio de acordos coletivos, ou deixar de ser reajustados na data-base

**BANCO**  
Se houver aumento da Cofins para o banco, poderá ocorrer elevação de tarifas e de taxas de juros cobradas de correntistas

**APOSENTADORIA**  
Trabalhador terá mais dificuldades para obter os benefícios, com a regulamentação da reforma

**APOSENTADOS**  
Segurado com mais de 65 anos que recebe benefício de R\$ 900,00 a R\$ 1,8 mil passará a pagar imposto de Renda na fonte a partir de janeiro por conta da queda da isenção adicional de R\$ 900,00 aprovada na reforma

**FUNCIONÁRIO PÚBLICO**  
Vencimentos de servidores da ativa serão reduzidos com o pagamento de contribuição previdenciária, a agente nocivo à saúde durante todo o exercício da atividade. Fica proibida a criação de benefício especial por categoria, como ocorreu no passado, e também a conversão do tempo de serviço especial para fim de aposentadoria comum. Medida depende da rejeição do destaque que retira a palavra "exclusivamente" do artigo que disciplina a aposentadoria especial

**TETO PARA BENEFÍCIOS ESPECIAIS**  
os benefícios criados por legislação especial, como o de ex-combatente e o de aposentado, ficarão limitados ao teto previsto na emenda. A emenda prevê que, para os servidores, o teto será equivalente ao salário pago aos juízes federais (fixados em R\$ 12,7 mil na reforma administrativa)

**APERTE O CINTO**  
Evite gastar

Faça compras estritamente necessárias; adie as demais

Só compre à vista e peça desconto

Fuja dos financiamentos; a taxa de juros elevada dificulta o controle do orçamento

Não compre, se isso implicar entrar no limite do cheque especial ou rolar a dívida no cartão de crédito – linhas que cobram taxas entre 12% e 13% ao mês

Se a compra for indispensável, faça uma pesquisa de preços, taxas de juro e condições de pagamento

Procure fazer uma reserva financeira para garantir as despesas essenciais em caso de desemprego

Essa reserva deve ser equivalente a 12 vezes o total dos gastos mensais, tempo médio para o trabalhador conseguir recolocação, atualmente, no mercado

Providenciar uma poupança é interessante não só pela segurança que pode proporcionar ao assalariado, mas também porque vai proporcionar bons ganhos com as taxas de juros elevadas

Não se entusiasme com as compras, com a proximidade do Natal

Procure comprar pequenas lembranças para presentear amigos e parentes

Não comprove o seu 13%; tente usá-lo para pagamento de dívidas ou na formação da reserva financeira

Lembre-se das despesas extras do início do ano, com o IPVA, o IPTU, compra de material escolar e uniformes

Faça um levantamento na ponta do lápis dos tipos de despesas que você tem para identificar quais poderão ser cortadas

Para amenizar o impacto da CPMF no bolso, procure acertar os seus compromissos diretamente com recursos que você receber de terceiros, em dinheiro ou cheque

Torne as contas correntes individuais de filhos, esposa e marido em contas conjuntas. Isso evitaria a cobrança do tributo, nas transferências bancárias

Escape da CPMF fazendo aplicações em caderneta, que aceita cheque de terceiro no depósito. No resgate, alguns bancos poderão bancar o imposto para depósitos superiores a três meses

Algumas instituições podem vir a bancar a CPMF quando o depósito for em cheque também em aplicações em fundos de investimento

A menos que a taxa seja muito atrativa, evite os CDNs, que são tributados pela CPMF a cada vencimento, o que reduz o rendimento líquido

VARVALIN

Arte: Valéria

#### MUDANÇAS NA PREVIDÊNCIA

##### O que entra imediatamente em vigor por medida provisória

**Funcionário Público:** todos os ativos e inativos federais passarão a contribuir com a alíquota de 11% até a parcela acima disso, a alíquota de contribuição será de 20%. Supondo que o servidor ou inativo ganhe R\$ 2.000,00 mensais, a sua contribuição será composta por R\$ 132,00, referentes à incidência da alíquota de 11% sobre R\$ 1.200,00, mais R\$ 160,00, relativos à aplicação da alíquota de 20% sobre os R\$ 800,00 restantes. A sua contribuição total será, portanto, de R\$ 292,00 e corresponderá a 14,6% do seu salário

##### O que entra em vigor com a aprovação da emenda constitucional

**Eliminação da aposentadoria por tempo de serviço:** a partir da data de publicação da reforma, para aposentadoria com o benefício integral, o homem deverá comprovar 35 anos de contribuição e a mulher, 30 anos

**Aposentadoria proporcional:** extinta para quem ingressar na Previdência a partir da data de publicação da reforma. Para quem contribui, o acréscimo de 20% no tempo que falta no regime atual. Para o benefício proporcional, o acréscimo será de 40%. Em ambos os casos, haverá exigência de idade mínima de 53 anos, homem, ou 48 anos, mulher, depende da rejeição do destaque a ser votado na Câmara

**Servidor:** benefício integral após 35 anos de contribuição e 60 anos de idade, homem, e após 30 anos de contribuição e 55 anos, mulher. Quem trabalhar poderá optar pela regra de transição, que prevê o acréscimo de 20% no tempo que falta no regime atual. Para o benefício proporcional, o acréscimo será de 40%. Em ambos os casos, haverá exigência de idade